



Índice

- 01 Produtor rural retira bens de sua propriedade invadida por índios no Mato Grosso do Sul
- 02 Índios colocam pedras na rodovia BR-163 que causou danos materiais e ocasionou ferimentos em condutores de carros
- 03 Área ocupada por índios em Miranda é atacada, diz líder em MS
- 04 Sem demarcação de terras, índios Guarani são ameaçados no oeste do Paraná
- 05 Técnicos da Funai vistoriam áreas reivindicadas por índios em Sidrolândia
- 06 Índios saterés são responsáveis pela domesticação do guaraná no AM
- 07 Índio visionário
- 08 Após negociação índios liberam invasores
- 09 Programa de Comunicação Indígena traz grandes resultados
- 10 Índios Juruna da Volta Grande do Xingu querem consulta prévia sobre projeto Belo Sun
- 11 Ministério lança programa em região de fronteira no AM
- 12 Para instituto, atividade de mineradora do Xingu desconsidera população indígena

Produtor rural retira bens de sua propriedade invadida por índios no Mato Grosso do Sul

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 10.10.2013

O avesso do direito: Produtor rural retira bens de sua propriedade invadida por índios no Mato Grosso do Sul



Funcionários da Chácara Boa Esperança, em Miranda, a 203 km de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, retiraram os animais na tarde desta quarta-feira. A propriedade foi invadida por um grupo de aproximadamente 100 índios terena. Os índios autorizaram o dono do imóvel a retirar os animais.

Os índios que vivem em uma Terra Indígena já demarcada reivindicam mais 10,4 mil hectares, que, segundo eles, faz parte da Terra Indígena Pillad Rebua. Eles pedem a presença de grupo técnico da Funai no local para iniciar o trabalho de demarcação da área.

A Funai, entretanto, por meio da assessoria, informou que a área em questão não possui relatório antropológico nem está delimitada. Segundo o órgão, providências para caracterizar os imóveis privados como terra indígena estão sendo adotadas.

O dono da chácara, Ernesto Melani, registrou um boletim de ocorrência na Polícia Civil de Miranda. Ele afirma que vai entrar com pedido de reintegração de posse na Justiça. A propriedade tem 11 hectares e fica às margens da BR-262 ao lado da Terra Indígena Moreira, já regularizada pela Funai.

A chácara é uma das duas áreas invadidas pelos índios esta semana. Segundo o líder dos invasores, Paulino Terena, a outra propriedade não possui nome e é arrendada para criação de gado.

Os indígenas estão no local armados com arcos, flechas e pedaços de paus. Há mulheres, crianças e idosos no grupo. A chácara Boa Esperança é a 70ª propriedade invadida por índios no Mato Grosso do Sul.

Índios colocam pedras na rodovia BR-163 que causou danos materiais e ocasionou ferimentos em condutores de carros

SÍTIO TRIBUNA MS, 10.10.2013



Muitas pedras dos mais variados tamanhos colocadas na BR dificultaram o tráfego dos veículos

Um grupo de indígenas está sendo investigado pela polícia civil, suspeito de provocar dois acidentes e deixar pelo menos três feridos na BR-163, nesta quarta-feira (9), à noite, em Dourados. Segundo boletim de ocorrência registrado na 1ª delegacia daquela cidade.

Nesta quarta-feira (9), por volta das 20h, vários indígenas que moram em um acampamento entre o trevo do distrito industrial e um restaurante, localizado na região, colocaram enormes pedras na rodovia, para dificultar o tráfego dos veículos.

Um veículo Vectra vermelho com placas de Maringá (PR), ao passar pelas referida rodovia foi obrigado a parar em função dos problemas causados pelas pedras colocadas na rodovia. A condutora do mesmo sofreu ferimentos. Outro veículo uma Pick-up Fiat Strada da cor branca, com placas de Dourados, conduzido por Marcio Fernandes Carvalho de 38 anos, acabou batendo em uma das pedras, ocasionando avarias no mesmo. Além disso, o passageiro identificado por Ronaldo José Felipe de 49 anos, ficou ferido. Equipes do corpo de bombeiro estiveram no local e encaminharam as vítimas até o hospital da vida para atendimento médico.

Várias viaturas da Polícia Rodoviária Federal (PF), Polícia Militar e da Guarda Municipal, estiveram no local na tentativa de localizar os acusados de colocar as pedras na rodovia, mais segundo uma testemunha o grupo de índio deixou o local ao perceber a aproximação dos policiais. O caso está sendo investigado pela polícia civil de Dourados.

Por: Gilson Giordano

Área ocupada por índios em Miranda é atacada, diz líder em MS

SÍTIO TRIBUNA MS, 10.10.2013

Índigena afirma que grupo foi alvo de tiros em propriedade ocupada. Polícia Federal foi acionada e está na área para evitar conflitos.



Índios dizem que encontraram munições calibre 9 mm no local. (Foto: Reprodução/TV Morena)

A Polícia Federal (PF) está na área ocupada por um grupo de índios da etnia terena na madrugada de quarta-feira (9), em Miranda, a 203 km de Campo Grande. Segundo o líder indígena Paulino Terena, os agentes foram acionados após um ataque na chácara Boa Esperança, por volta das 21h (de MS).

Segundo Terena, suspeitos em carros deram os tiros que atingiram um galpão, onde funciona a empresa Trator Mil, e uma das casas da propriedade. Ao G1, ele informou que, na manhã desta quinta-feira (10), foram encontradas nove cápsulas de munição de calibre 9 milímetros

próximo à porteira da chácara, no acostamento da BR-262.

Ainda segundo o líder, o material foi apreendido pela PF. As mulheres e as crianças foram retiradas do local. Ninguém ficou ferido.

Segundo a assessoria de imprensa da PF, os agentes devem permanecer na área para evitar confrontos.

Os índios afirmaram que estão armados apenas com arcos, flechas, pedaços de pau e que temem um novo ataque. "Se tiver uma nova ameaça, vamos incendiar a fazenda, não temos armas de fogo e essa é a única maneira que temos de defesa", afirmou Terena.

Ocupação A chácara Boa Esperança é uma das duas áreas ocupadas pelos índios na quarta-feira. A segunda, de acordo com Terena, não possui nome e é arrendada para criação de gado. As terras são reivindicadas pelos índios desde 1950.

O dono da chácara, Ernesto Melani, informou registrou um boletim de ocorrência na Polícia Civil de Miranda. Ele afirma que vai entrar com pedido de reintegração de posse na Justiça. A propriedade tem 11 hectares e fica às margens da BR-262 ao lado da aldeia Moreira, onde vivem aproximadamente 2,2 mil índios em uma área de 94 hectares.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2013

Brasília, 11 de outubro de 2013.

O grupo reivindica uma área de 10,4 mil hectares, que faz parte da Terra Indígena Pillad Rebuá. Eles pedem a presença de um grupo técnico da Fundação Nacional do Índio (Funai) no local para o trabalho de demarcação da área.

Por meio da assessoria, a Funai, em Brasília, informou, na quarta, que a área em questão não possui relatório antropológico e encontra-se em estudo de identificação e delimitação da terra, mas falta complementação ao levantamento como análises de natureza antropológica, ambiental e cartográfica. Segundo o órgão, providências para estas ações estão sendo adotadas.

G1 MS

Sem demarcação de terras, índios Guarani são ameaçados no oeste do Paraná
SÍTIO BRASIL DE FATO, 10.10.2013



Cerca de 2,8 mil indígenas estão sujeitos à agressividade do agronegócio.
Em entrevista, o vereador Paulo Porto fala sobre a situação

Guilherme Carvalho de Curitiba (PR), especial para o Brasil de Fato



O vereador Paulo Porto - Foto: Julio Cesar Carignano

Vereador na cidade de Cascavel, no Oeste do Paraná, Paulo Porto (PcdoB) tem travado uma luta em defesa dos índios da região. Sua principal bandeira é a demarcação de terras indígenas. Ele desafia ruralistas da região e políticos que alimentam um sentimento preconceituoso contra os índios e cobra ações imediatas do governo federal para resolver a situação. Porto, que também é professor de História da Unioeste, fala, inclusive, de casos de violência contra povos originários no interior do Paraná.

Brasil de Fato – Quais questões preocupam na região de Cascavel?

Paulo Porto – A grande questão é territorial. Os Guarani têm uma frase fantástica para explicar isto

que eles falam “sem tekoha não há teko”. Teko significa aldeia e tekoha lugar. É uma composição linguística. Ou seja, sem aldeia não há cultura. Sem terra não há povos indígenas. Então, o grande debate nacional, não só no Paraná, é a questão da demarcação de terras. Se



esse debate não for superado, no sentido de garantir estes territórios ancestrais, nós teremos muitas dificuldades para garantir os direitos, sejam eles quais forem, dos povos indígenas.

Como está essa situação?

Hoje, em especial em Guaíra e Terra Roxa, temos seis aldeamentos indígenas não regularizados, dois não reconhecidos pelo Estado brasileiro em Guaíra e quatro em Terra Roxa. São aldeamentos muito pequenos. Alguns de 1 hectare, outros de 5 hectares. Enquanto essa situação não for resolvida, ou seja, enquanto não se garantir a posse para usufruto da terra por estes povos, eles terão uma insegurança jurídica muito grande, o que acaba fortalecendo um discurso intolerante, preconceituoso em relação aos povos indígenas. Isso só será combatido quando nós garantirmos a demarcação territorial desses povos.

Hoje são aproximadamente 3 mil índios nessa região. É isso?

Contando todas as aldeias, cerca de 2,8 mil índios.

Quando se fala em demarcação de terra, o que significa exatamente?

As pessoas não entendem, às vezes, que demarcar terra não é que as terras seriam dos indígenas. Hoje, pela Constituição brasileira, ao demarcar uma terra indígena toda posse pertence à União. O indígena não tem a posse, ele tem o usufruto. Ou seja, ele não pode nem arrendar, nem alugar e nem vender. Essa terra pertence ao patrimônio público. Então, toda vez que você demarca terra é terra que vem pra União, ao contrário das grandes extensões de terras privadas que não pertencem à União. Então, hoje, quando você demarca terra é garantia territorial, não é uma perda territorial para o Brasil. Segundo dados recentes do desmatamento brasileiro, nós temos alguns dados científicos de fotos de satélite que indicam que nós temos quatro níveis de desmatamento no Brasil. As terras menos devastadas (de 1 para 10) são as terras indígenas; segundo, os parques nacionais; terceiro, (de 3 para 10), são os assentamentos do MST. O resto são terras devastadas que são as grandes fazendas, a monocultura, em especial a soja que se espalha aqui pelo Paraná. Quando se demarca terra indígena, o seu subsolo, as suas riquezas naturais não podem ser exploradas pelas empresas privadas e isso causa um grande obstáculo, em especial para o agronegócio. Agora, ao demarcar terra indígena, passa a ser patrimônio público. Ou seja, não se perde terra, se ganha terra. O que tem que se combater não são demarcações territoriais, mas tem que se combater a grande concentração agrária.

Quais os principais argumentos que movem esse tipo de preconceito contra a questão indígena?

São os mais estapafúrdios possíveis. De que há muita terra para pouco índio. É um argumento equivocadíssimo. Depende de que povo indígena nós estamos falando. Os Guarani, por

CONT.



exemplo, são um povo sem-terra no Paraná e no Mato Grosso do Sul. Existem povos indígenas que têm seu território minimamente garantido, em especial no norte do Brasil. Mas, vindo para o sul, nós temos povos como os caigangues, os xetá, xoclem que são etnias do sul que praticamente não tem terra nenhuma. Outro argumento também muito utilizado é que existiriam interesses de ONGs internacionais para demarcar as terras indígenas para, a longo prazo, promover enclaves na soberania nacional para que forças imperialistas explorem o nosso subsolo. Esse argumento é risível. Até porque, segundo a Constituição brasileira, demarcou terra indígena, a terra é da União. O que se tem que combater no Brasil não é a demarcação de terra indígena, mas o capital privado internacional que está comprando as nossas terras e fazendo grandes latifúndios. Esses dois são os principais argumentos. Há um terceiro argumento também que está completamente equivocado de que esses indígenas não necessitariam de terras porque já são aculturados. Nós temos que ter claro que a cultura humana se modifica. Não é porque o Guarani de hoje está diferente do Guarani de 500 anos atrás que não continua sendo Guarani. Nós brasileiros somos diferentes do que fomos há 100 anos e permanecemos brasileiros. Não é o fato do indígena usar celular, Facebook, TV a cabo que ele deixa de ser indígena. Que bom que ele se apropria da nossa tecnologia, mas vai usar da maneira dele. O fato de ele se vestir como nós não significa, em absoluto, que ele deixou de ser indígena. Ele permanece com a sua cultura e, obviamente, que nenhuma cultura humana é fossilizada. Ela se modifica porque os homens se modificam. Então, nada mais natural do que a cultura indígena se modificar no contato com a nossa cultura. Isso não quer dizer que eles deixaram de ser indígenas.

Existe um movimento bastante conservador na região oeste que vem de setores ruralistas, do latifúndio. Qual é o argumento que essas pessoas usam para impedir que a demarcação aconteça?

O saudoso (Leonel) Brizola dizia uma frase que é a seguinte: "existem pescadores em águas turvas". Ou seja, existem políticos aos quais interessa semear o pânico porque eles vão transformar isto em voto futuramente. Em especial os deputados da bancada ruralista ligados a esse segmento mais preconceituoso da população que estão tentando construir esse ninho de votos, em especial no oeste do Paraná. Os argumentos são de que os indígenas obstaculizam o desenvolvimento agrário no Brasil. Essa é uma grande falácia até porque a demarcação de terras é uma fatia muito pequena ao direito que esses povos têm e não inviabiliza em nada o agronegócio, infelizmente. Não inviabiliza o setor produtivo. E também não significa que os índios não vão produzir. Eles vão produzir não na mesma lógica capitalista, produzir para exportação, mas, com certeza, produzirão alimentos para a sociedade circundante. São argumentos que não se sustentam, mas que infelizmente vem ganhando força no Oeste do Paraná, fomentados por deputados estaduais que veem ganhos políticos a partir da intolerância que é semeada pelos povos indígenas.

Isso pode resultar em assassinatos de índios?

Já estão resultando em ações que nos preocupam muito. Em Guaíra, uma funcionária da Funai, uma estagiária Guarani, foi sequestrada, por duas ou três pessoas, numa Hilux preta e foi

CONT.



ameaçada de morte. Houve uma tentativa de abuso sexual, depois ela foi largada à margem da cidade, na periferia, com o recado de que a Funai tem que ir embora de Guaíra e que os indígenas não permanecerão em Guaíra se depender dos fazendeiros. Existem investigações sendo levadas para chegar aos autores, mas, infelizmente, isso vem acontecendo e a gente vê isso com muita preocupação também em Terra Roxa, passando por Palotina e chegando até Cascavel.

Que consequência isso tem para a própria história do Brasil e para a sociedade?

A palavra "preconceito" já explica. Você julga antes de conhecer. E a história brasileira é muito forte em relação ao preconceito, seja ao negro, homossexual, diversidade cultural e indígena. Eu entendo que, nesse momento, todo fortalecimento do preconceito é algo que vai contra o que a gente acredita de um Brasil mestiço, solidário, com uma diversidade cultural muito grande. Isso, no meu entendimento, é um atraso para o povo brasileiro.

É negar também a essência do povo brasileiro que tem elementos indígenas espalhados em sua cultura.

É negar a própria identidade brasileira. Darcy Ribeiro falava que o Brasil é a nova Roma. Ele brinca com isso no livro "O povo brasileiro", entendendo que Roma foi um grande império que conseguiu trazer várias etnias para dentro de si. O Brasil é assim e nos faz um país diferente, para melhor em relação ao resto do mundo.

O que falta para essa demarcação de terra acontecer?

Falta vontade política, em especial, do governo federal. Eu sou do PCdoB. Estamos dentro do governo Dilma, apoiamos o governo Dilma porque o Brasil mudou para melhor. Agora, nós fazemos críticas em relação à questão indigenista. Nós entendemos que o governo federal tem que atuar com maior seriedade, atuar mais posicionado em relação aos povos indígenas e se afastar mais da bancada ruralista que hoje, infelizmente, é quase que hegemônica no Congresso Nacional. Eu digo isso com muita preocupação porque é o governo que eu apoio e acredito e luto por dentro, no sentido de que esse governo se sensibilize e promova as demarcações de terras indígenas tão necessárias para esses povos.

Foto: PRM/Guaíra-PR



Técnicos da Funai vistoriam áreas reivindicadas por índios em Sidrolândia

SÍTIO REGIÃO NEWS, 10.10.2013

Depois de medir e tirar fotos das benfeitorias, as informações e dados compõem um relatório. A previsão do engenheiro é que os trabalhos na região sejam concluídos até o dia 20 de outubro.

Três equipes técnicas da Fundação Nacional do Índio (Funai) estão na região de Sidrolândia, nesta quinta-feira (10), para fazer vistorias nas propriedades rurais localizadas na área da terra indígena Buriti, reivindicada pelos indígenas da região. Uma das fazendas foi palco de conflito entre terenas e policiais federais durante reintegração de posse em maio de 2013.

Para colocar um fim na situação, o Governo Federal se propôs a comprar as áreas dos produtores. Chegou a ser cogitado o uso de Títulos da Dívida Agrária (TDA) para conseguir a verba necessária, mas ainda não houve um desfecho concreto sobre o que será realmente feito.

O objetivo dos trabalhos dos técnicos é avaliar o valor das fazendas. As análises começaram no dia 25 de setembro, segundo o engenheiro agrônomo Luiz Antônio Araújo, que compõe uma das equipes. Durante esta quinta, o grupo esteve na fazenda São Sebastião da Serra, que é uma das 32 propriedades localizadas dentro da área Buriti. Com essa, já foram percorridas cerca de dez fazendas.

Araújo disse ao G1 que a avaliação em cada propriedade rural é acompanhada por um responsável pelo local e, em casos de áreas invadidas, um indígena também acompanha. "Temos que conferir e avaliar o pasto, a casa, o curral, a cerca, árvores frutíferas, açudes, represas, energia e tudo que foi construído na propriedade, de acordo com o estado de conservação", explicou. Segundo Araújo, a equipe leva em torno de dois a três dias para fazer o levantamento em cada fazenda.

Depois de medir e tirar fotos das benfeitorias, as informações e dados compõem um relatório. A previsão do engenheiro é que os trabalhos na região sejam concluídos até o dia 20 de outubro.

Como funciona?

O levantamento das benfeitorias é uma das etapas para calcular o valor de cada propriedade. A primeira fase do levantamento é feita por técnicos da Agência Estadual de Desenvolvimento Agrário (Agraer), que avaliam a topografia das fazendas e elaboram um mapa da propriedade com os marcos territoriais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2013

Brasília, 11 de outubro de 2013.

A segunda etapa é feita pelas equipes técnicas da Funai que avaliam as benfeitorias. Na última fase, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) calcula o valor da terra nua.



Índios saterés são responsáveis pela domesticação do guaraná no AM

SÍTIO AGRO OLHAR, 10.10.2013

Globo Natureza

Os povos indígenas começaram a domesticação do guaraná na Amazônia há mais de 500 anos. Da cultura e da sabedoria nativa surgiu a inspiração para as pesquisas genéticas, que estão em estágio avançado da agricultura moderna.

Os índios saterés, no Amazonas, domesticaram o guaraná em meio a algumas lendas. A lenda conta que o indiozinho teria sido morto pelos tios porque pegou um fruto proibido. Do corpo, a mãe enterrou um olho. O guaraná maduro é vermelho por fora e branco e preto por dentro. Ele parece mesmo um olho humano em cachos. Como diz a lenda, levou mais vida para quem vive da planta.

Os índios da etnia sateré maué ocupam boa parte do baixo Amazonas, nos municípios Maués, Barreirinha e Parintins. Esses indígenas têm tradição no cultivo do guaraná. O índio Joel Batista, que planta a cultura há mais de 50 anos, começou a criar abelhas para melhorar a frutificação. "Sem abelha não floresce. Com a abelha está mais positivo", diz.

O guaraná misturado somente à água vira bebida energética que renova as forças e mantém a vitalidade. A pessoa que consome o líquido acredita na longevidade. O índio Joel Batista, com 72 anos, não tem um dia que não beba o guaraná. Todos bebem na única cuia e sempre da esquerda para a direita, duas vezes.

Os índios retiram parte da plantação para vender. O Consórcio Sateré Maué, que funciona como cooperativa, é formado por 300 produtores. A sede fica em Parintins, a 369 quilômetros de Manaus. No local, as sementes passam por um processo de limpeza. Elas são trituradas e viram pó, produto pronto para ir de barco até Manaus para ser comercializado.

O guaraná coletado dos produtores indígenas do baixo Amazonas leva uma média de três meses para ser beneficiado. Depois de todo o processo, o produto vai direto para a Itália e França, além do mercado nacional. A exportação começou há 20 anos com 20 quilos. Hoje, chega a sete toneladas por ano.

"O guaraná é especial pra gente do povo sateré mawé porque somos reconhecidos mitologicamente como filhos do guaraná. Depois, trabalhamos com os produtores da forma bem tradicional, da forma cultural e chega até esse processo de exportação, aonde somos reconhecidos hoje mundialmente", diz Eudes Batista, administrador do consórcio.

O dinheiro conseguido com a venda do guaraná é muito importante no sustento das famílias. A ciência ajuda a melhorar a produção. Os povos indígenas começaram a domesticação do

CONT.



guaraná na Amazônia há mais de 500 anos. Da cultura e da sabedoria nativa surgiu a inspiração para as pesquisas genéticas, que estão em estágio avançado da agricultura moderna.

“As indústrias requerem grande quantidade de guaraná. Nós sabemos que o guaraná, embora tenha sido originário da floresta, quando você quer produção na floresta, a produtividade é muito baixa porque ele gasta toda a sua energia pra alcançar o dorceu superior das plantas, pra produzir muito pouco”, diz Fermino Nascimento Filho, agrônomo da Embrapa.

Na década de 1960 a produtividade nativa era considerada alta. Mas as doenças mudaram a qualidade e derrubaram o rendimento. No laboratório de biologia molecular da Embrapa Amazônia Ocidental, é possível descobrir toda a genética do pé de guaraná e como evitar problemas no campo.

“A gente utiliza técnicas que elas estão focadas na variabilidade do DNA, do genoma de cada uma dessas plantas. Assim identificando aquelas plantas que são resistentes, tem caracteres agrônômicos de interesse tanto resistência quanto produtividade”, diz Gilvan Ferreira, biólogo da Embrapa.

Com essa contribuição nascem as plantas mais resistentes e produtivas. A Embrapa melhorou as cultivares para garantir um guaraná de mais qualidade. Há 16 tipos no mercado. Cada planta ganha uma plaquinha com números e nome indígena. Uma das plantas lançada em 2011 pode produzir até três quilos por ano, contra 1,5 quilo de uma planta comum. Com a planta completamente domesticada, o guaraná indígena é transformado em produtos como refrigerante e cerveja. O produto faz sucesso fora e dentro do Brasil.

O agricultor Antônio Gonçalves planta guaraná no sítio. Ele tem o costume de consumir o guaraná, mas fez a plantação crescer só para o comércio. A primeira muda foi plantada há cerca de 50 anos. Hoje, são mais de três mil pés espalhados em nove hectares. Só desta plantação são colhidas por ano quase três toneladas de guaraná.

Índio visionário

SÍTIO DOM TOTAL, 10.10.2013

À frente do seu tempo, ele defende a conservação da Amazônia e os direitos dos povos indígenas.

Por Maria Emília Coelho*



Narayamoga Suruí com o príncipe Charles, da Inglaterra.

Almir Narayamoga Suruí é um índio à frente do seu tempo. Mundialmente conhecido e premiado por defender a conservação da Amazônia e os direitos dos povos indígenas, ele acaba de dar mais um passo em seu projeto mais audacioso: promover o uso sustentável dos recursos naturais da Terra Indígena Sete de Setembro em um período de 50 anos. Para isso, o povo Paiter-Suruí precisa evitar que a área de 248 mil hectares de floresta seja desmatada e, ao mesmo tempo, gerar renda para a população de cerca de 1.300 índios.

Em setembro, os Paiter-Suruí de Rondônia fecharam um acordo com a empresa Natura e realizaram a primeira venda de créditos de carbono certificado em território indígena no país. A negociação foi feita através do projeto Carbono Florestal Suruí, e o recurso obtido será usado justamente na implementação do Plano Suruí 50 anos.

Após o primeiro contato com os não-indígenas, em 1969, o povo Paiter-Suruí se deparou com profundas mudanças na sua organização social. Contudo, ao longo dos anos, não se perdeu o espírito guerreiro, e uma árdua luta pelo reconhecimento e pela integridade do seu território ancestral, fortemente ameaçado pela invasão dos madeireiros da região, foi traçada. Hoje, com a terra indígena homologada, a luta continua, e o maior desafio é a gestão desse território.

“O Brasil entende desenvolvimento a partir de resultado econômico, mas o Plano 50 anos Suruí é para discutir que tipo de desenvolvimento o nosso povo quer”, explica a liderança, que participou da construção da proposta de decreto que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) no dia 5 de junho de 2012.

Há um ano e quatro meses sob escolta da Força Nacional de Segurança por conta das ameaças de morte que recebe por denunciar a atividade ilegal da madeira, que ainda se faz presente no território Suruí, Almir começa a se envolver com a política partidária para defender aquilo que mais acredita: “Precisamos criar modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia”.

CONT.



Eis a entrevista:

Qual a importância da PNGATI? Como ela será implementada?

Essa política pública mostra que é possível trabalhar com cultura indígena, conhecimento tradicional e meio ambiente. É uma maneira que o governo e os povos indígenas acharam para fazer realmente valer o direito dos indígenas sobre o uso sustentável do seu território. Mas como vamos implementar essa política? Isso só vai acontecer com orçamento, com equipe capacitada para orientar e implementar, com parceria. O governo e os povos indígenas não vão conseguir fazer sozinhos. Hoje as coisas acontecem em parceria, com diálogo, com construção responsável. Não queremos ser apenas beneficiários dessa política. Queremos implementar essa política dentro do nosso território para o bem comum do nosso povo.

Como surgiu a ideia do Plano 50 anos Suruí?

Nasceu pela necessidade do nosso povo que se deparou com vários desafios e ameaças após o contato com os não-indígenas. Então é uma ferramenta de diálogo para enfrentarmos esses desafios. É um plano estratégico para fazer a gestão da Terra Indígena Sete de Setembro. Hoje, o Brasil entende desenvolvimento a partir de resultado econômico, mas o Plano de 50 anos é para discutir com responsabilidade que tipo de desenvolvimento o povo Suruí quer. Como podemos trabalhar com meio ambiente e com nossa cultura? Quais resultados terão na economia? Qualidade de vida não é ter o dinheiro, é ter um espaço digno. A gente quer que a qualidade de vida do povo Suruí seja vista como resultado da proteção territorial, da valorização da cultura, da geração de emprego e renda. A gente quer autonomia para fazer a gestão do território. Temos que utilizar as políticas públicas em favor do povo, do bem coletivo.

Qual o principal desafio do seu povo hoje?

O povo Suruí tem terra demarcada e o desafio é fazer a gestão do território porque a pressão do desenvolvimento está muito presente e os órgãos que são responsáveis, que tem poder judicial, poder policial, não conseguem atuar porque o crime é muito grande. Há uma rede de criminalidade. Não é apenas aquele que está destruindo a floresta o único criminoso. Mas quem compra madeira ilegal na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia também está fazendo crime ambiental. Tem terra indígena no Brasil que está demarcada mas tem invasão. O Plano 50 anos Suruí é uma solução? Não. É uma estratégia, um caminho, mas o que falta? Falta apoio financeiro, apoio político, apoio judiciário.

Quais as dificuldades que vocês enfrentam para colocar na prática esse plano?

A maior dificuldade é o nosso próprio povo. Não é porque não querem, mas porque o resultado é muito demorado. A gente cria isso para realmente tentar buscar soluções de problemas enfrentados pelo povo Suruí como degradação ambiental, falta de saúde e educação, etc. Mas não adianta você ter um bom plano se não tem um sistema de governança forte. Não é para ser melhor para o Almir, ou para tal liderança, é para o bem de todo o povo Suruí. Nossa dificuldade hoje ainda é a invasão dos madeireiros no nosso território. E os madeireiros estão sozinhos? Não. Tem Suruí apoiando, tem Suruí contra, e tem Suruí que não sabe de que lado

CONT.



fica.

Como é a relação com os madeireiros invasores?

Desde 1986 alguns Suruí participam da ilegalidade da madeira. A gente começou a refletir para buscar soluções e começamos a denunciar. Mesmo que alguns Suruí estavam envolvidos, é um direito coletivo do povo pois é uma grande ameaça para o nosso futuro. A gente buscou parceria com o governo e com a sociedade nacional e internacional. Com as denúncias, as pessoas que estavam participando da ilegalidade se sentiram incomodadas. E a resposta comum em qualquer lugar da Amazônia foi a ameaça. Não foi só contra a minha pessoa. Hoje tem uma lista de 14 lideranças que vivem ameaçadas por essa luta contra os madeireiros. A lista está crescendo porque as lideranças estão criando consciência de que é necessário proteger o nosso território, e de que é possível trabalhar com meio ambiente de forma sustentável, com economia verde.

Quais as consequências das denúncias?

Há um ano e quatro meses sou escoltado pela Força Nacional. A gente defende o meio ambiente e os direitos humanos e nos tornamos refém do sistema. Parece que somos bandidos, enquanto os madeireiros e outros tipos de infratores estão livres por aí. No mês passado nos deparamos com os madeireiros que nos ameaçam no nosso território. Éramos sete lideranças e mais três homens da Força Nacional que faz escolta para a gente. A equipe da Força Nacional deu voz de prisão para os madeireiros e levaram eles até a Polícia Federal. A missão deles não é prender madeireiro, é só proteger a gente, mas como nos deparamos com os infratores, por segurança, tiveram que fazer a prisão. Sabe quantas horas eles ficaram presos? Três horas. O juiz liberou. Isso porque foi um flagrante. Então é um risco para a gente. O pessoal falou que eles já voltaram para o nosso território e com mais pessoas. É um sistema muito corrupto.

Como surgiu a ideia do Projeto Carbono Florestal Suruí?

A ideia surgiu dentro do Plano 50 anos Suruí em 2007, mas foi oficializada em 2009. O Brasil assumiu o compromisso com as Nações Unidas de até 2020 ter desmatamento zero. Será que isso vai acontecer? O meu estado, Rondônia, é um dos campeões do desmatamento. Onde ainda tem alguma floresta em pé? Nas terras indígenas. Então quem está cumprindo a meta do Brasil? Os povos indígenas. Hoje, tanto para governo como para a sociedade, terra indígena não tem valor econômico. Mas com esse projeto milhões por ano podem ser gerados dentro do território Suruí.

Qual a parceria entre o povo Suruí e a Natura?

A parceria com a Natura hoje é na compra de 120 toneladas de crédito de carbono através do Projeto Carbono Florestal Suruí. Tem grande importância como exemplo para as empresas terem relação de negócios com os povos indígenas. Precisamos criar modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Não somente como visualização de lucro, mas para melhorar serviços sociais, ambientais e econômicos. O valor é confidencial, mas vamos usar o

CONT.



recurso em quatro prioridades: proteção do território, plano de renda sustentável, valorização da cultura e fortalecimento institucional. Vamos implementar o Plano 50 anos Suruí.

Como você vê os ataques da bancada ruralista do Congresso aos direitos indígenas?

É uma grande decepção quando alguns deputados anti-indígenas e ruralistas tentam ferir a nossa Constituição Federal e acabar com alguns direitos que são parte da história do Brasil. O Congresso Nacional não representa o interesse do país. Não podemos, como deputados e senadores, ver apenas os nossos interesses. A gente precisa mudar a forma de fazer reforma agrária. Um deputado, um empresário, pode ter milhares de hectares de terra no país. Não estou dizendo que eles não tem direito, mas porque então questionam que os índios tenham os seus territórios onde vivem milhares de pessoas.

Não falta um indígena no Congresso? Qual o seu envolvimento com a política partidária?

Gosto de desafio e é um desafio a participação dentro da política partidária. Em fevereiro, fui convidado pela Marina Silva para ajudar a pensar a construção do novo partido. Resolvi aceitar o convite e participar da direção nacional da Rede Sustentabilidade. Também estou como Primeiro Coordenador em Rondônia. Como indígena e liderança, não quero que esse partido defenda apenas os povos indígenas, mas que traga oportunidade para todos. Tenho que criar espaço de participação e ouvir a população para que eu possa realmente representar o interesse coletivo, do país, do estado e dos povos indígenas.

Como você imagina o futuro do seu povo indígena?

A luta Suruí é para proteger o seu território e planejar seus projetos sustentáveis, mas isso não é fácil. Será que depende só da gente? Acredito que não. Temos que melhorar o todo. Existe dificuldade para se entender a importância da sustentabilidade, do meio ambiente. Muitas vezes as pessoas que moram ao redor do nosso território tem essa dificuldade. Por que essas pessoas estão na ilegalidade? Falta emprego? Não tem qualidade de educação? A gente precisa rever todas as políticas públicas se queremos realmente implementar a PNGATI. Não queremos apenas lutar por nós, mas trazer uma oportunidade para o nosso município e estado. O povo Paiter Suruí não vai conseguir buscar solução sozinho. A ilegalidade traz um resultado imediato, mas não é bom para o nosso futuro. As coisas imediatas podem acabar de um dia para outro. Mas se você constrói um plano a médio e longo prazo consegue uma garantia de futuro.

*A entrevista de Maria Emília Coelho, jornalista e coordenadora de comunicação do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), foi publicada por Carta Capital

Após negociação índios liberam invasores

SÍTIO O XINGU, 10.10.2013



Após quatro dias, oito homens que eram mantidos reféns em uma aldeia dos índios assurini, próxima a Altamira, sudoeste do Pará, foram libertados depois de uma negociação entre índios, Funai e Polícia Federal.

Os invasores chegaram ontem (9) à cidade de Altamira. O grupo foi levado para a Polícia Federal onde devem prestar depoimento. Os índios pedem a punição deles, e alegam que os homens teriam invadido a reserva indígena aldeia Koatinemo, povoada pelos índios Assuriní que vivem na zona rural do município.

De acordo com os policiais, há suspeita de que o grupo estaria envolvido em grilagem de terras.



Programa de Comunicação Indígena traz grandes resultados

SÍTIO BLOG BELO MONTE, 10.10.2013

A Norte Energia disponibiliza esta semana o resultado do Programa de Comunicação Indígena (PCI) da Usina Hidrelétrica Belo Monte. O documento traz um balanço entre o ano de 2011 e junho de 2013 de uma das condicionantes determinadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para a implantação do empreendimento. "Esse é o primeiro PCI solicitado pela Funai no âmbito de processo de licenciamento e por conta disso, nos tornamos referência. Além do mais, os indígenas solicitam inclusão no programa voluntariamente e isso é um indicativo de sucesso", explica Carmem Figueiredo, coordenadora do programa.

O PCI começou há 40 meses para instituir uma comunicação entre os indígenas localizados na área de influência da Usina, disponibilizando informações sobre o processo de licenciamento ambiental e do empreendimento, além de receber e encaminhar demandas das aldeias.

Uma das ações do PCI foi a implantação do maior sistema de radiofonia da região, com 41 estações. O rádio levou a comunicação para 36 aldeias da região do Xingu, das quais 11 não possuíam até então nenhum outro tipo de comunicação externa. Nestes locais, o sistema auxiliou não só com as informações sobre Belo Monte, mas também com questões de saúde e todo o contato feito com outras instituições. Nas demais aldeias, as comunidades utilizam o rádio para receber informações da Norte Energia, solicitar apoio de comunicação com indígenas na cidade, Secretaria Municipal de Educação, empresas contratadas para execução de programas do componente indígena e obras nas aldeias, entre outros.

Além do rádio, o PCI disponibilizou também um Centro de Informação para as Comunidades Indígenas, situado no município de Altamira. No local são realizados eventos, reuniões, visitas das comunidades indígenas e o contato via rádio entre o PCI e as aldeias. No Centro também são disponibilizados materiais informativos específicos para os índios, como manual para os operadores do sistema de rádio, cartilhas, calendários e boletins informativos.

Para visualizar o relatório completo do PCI, clique aqui (http://norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2013/10/Relat%C3%B3rio-PCI-2013_baixa-1.pdf).



Índios Juruna da Volta Grande do Xingu querem consulta prévia sobre projeto Belo Sun

SÍTIO PR/PA, 10.10.2013

Atingidos por Belo Monte e nunca consultados, índios temem que a Secretaria de Meio Ambiente do Pará conceda licença para maior mineração de ouro do mundo, mais uma vez sem consultá-los

Os índios Juruna da Volta Grande do Xingu enviaram à Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Sema) e ao Ministério Público Federal (MPF) pedido para que o projeto de mineração da Belo Sun Mining Co., do Canadá, não seja licenciado sem a consulta prévia, livre e informada que é obrigatória de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O pedido, assinado pela Associação Yudjá Miratu, lembra que a população da Terra Indígena Paquicamba, assim como outros povos da região, já sofre o impacto extremo da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Atingidos por uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo, nem os Juruna nem as outras populações que vivem na Volta Grande do Xingu – ribeirinhos, agricultores, índios Arara – foram consultados sobre o projeto pelo governo federal conforme determina a Convenção 169 da OIT. A Belo Sun Mining Co, de acordo com a propaganda da própria empresa, instalaria a maior mina de ouro do mundo na mesma Volta Grande do Xingu. E mais uma vez não houve nenhuma consulta aos povos atingidos.

“O povo indígena Juruna da TI Paquicamba depende do rio Xingu para sua sobrevivência física e cultural”, diz o pedido da associação. Para abastecer as turbinas de Belo Monte um desvio vai retirar de 80% a 90% das águas do rio, privando os moradores de sua fonte de subsistência. Com a mineração de ouro, outros impactos graves podem ocorrer, incluindo envenenamento do ecossistema por substâncias como arsênico e cianeto, subprodutos do tipo de extração que a Belo Sun planeja.

“A grande dúvida é se a Volta Grande do Xingu poderá sobreviver, assim como os povos que estão nela, suportando os efeitos cumulativos e sinérgicos de dois empreendimentos de extremo impacto como Belo Monte e Belo Sun”, explica o procurador da República Ubiratan Cazetta. No caso de Belo Monte, o Ibama aceitou que a sobrevivência da Volta Grande é uma incógnita e impôs um controle sobre a quantidade de água desviada do rio pela usina, durante pelo menos seis anos, para observar a reação do ecossistema e das populações.

No caso de Belo Sun, o Estudo de Impacto Ambiental foi aceito sem diagnósticos sobre os impactos nos indígenas – que são obrigatórios – e também sem menção à sobreposição de impactos com os de Belo Monte. “É preciso garantir o cumprimento da Convenção 169 da OIT

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2013

Brasília, 11 de outubro de 2013.

com a realização da consulta prévia, livre e informada. Mas também é muito grave aceitar um projeto com lacunas tão importantes e esse grau de incertezas. A Funai já se manifestou quando à necessidade dos estudos de impacto sobre os indígenas e portanto devem ser apresentados e discutidos com os atingidos antes de qualquer atestado de viabilidade do empreendimento, respeitando a Convenção 169", diz a procuradora da República Thais Santi, que já recomendou à Sema que não seja emitida nenhuma licença para a mineração antes de resolvidos os problemas dos estudos.

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação
(91) 3299-0148 / 3299-0177
ascom@prpa.mpf.gov.br
<http://www.prpa.mpf.mp.br/>
http://twitter.com/MPF_PA
<http://www.facebook.com/MPFPara>



Ministério lança programa em região de fronteira no AM

SÍTIO PORTAL BRASIL, 10.10.2013

Programa atenderá 100 estudantes indígenas entre 10 e 11 anos com modalidades como zarabatana e arco e flecha

O Ministério do Esporte lança nesta sexta-feira (10), em São Gabriel da Cachoeira, no extremo noroeste do Amazonas, o programa Segundo Tempo/Forças no Esporte, projeto piloto destinado ao fomento da prática esportiva entre povos indígenas na região de fronteira com a Colômbia e a Venezuela.

A cerimônia de lançamento será realizada na 2ª Brigada de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro, em São Gabriel da Cachoeira, e contará com a presença do ministro do Esporte, Aldo Rebelo, e do secretário nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Ricardo Cappelli. O programa contemplará 100 estudantes, entre 10 e 11 anos, de origem indígena, a maioria proveniente das comunidades Baré, Tukáno e Daniwa.

Entre as modalidades esportivas oferecidas, destacam-se o arco e flecha e a zarabatana, como forma de resgate cultural da tradição indígena. Também haverá aulas de futebol de salão, basquete, corrida de orientação e tênis de mesa. Para avaliar as condições de saúde da garotada, meninos e meninas foram submetidos a exames médicos e odontológicos.

Na véspera do evento, nesta quinta-feira (10), o ministro será recepcionado no Aeroporto de Manaus pelo comandante militar da Amazônia, general Villas Bôas. No dia seguinte, a comitiva segue para São Gabriel da Cachoeira, onde será recebida pelo comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, general de brigada Sergio Luiz Goulart Duarte, e pelo coordenador de núcleo do PST/Forças no Esporte, major Marcílio Lisboa Moreira.

Na 2ª Brigada de Selva, passa a funcionar um dos 132 núcleos de atendimento da parceria do programa de inclusão social do Ministério do Esporte com o Ministério da Defesa. Atualmente, o convênio contempla 12 mil alunos em 90 organizações militares das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) distribuídas em todos os estados e no Distrito Federal. Além da prática esportiva, são oferecidos reforços escolar e alimentar, acompanhamento médico-odontológico e noções de cidadania e civismo.

Cabeça do Cachorro

Também conhecido como “Cabeça do Cachorro”, por causa do formato de seu território – uma área de 109.185 quilômetros quadrados –, São Gabriel da Cachoeira abriga o Parque Nacional do Pico da Neblina. As terras indígenas Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, II e III e Rio Tea também integram o município.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2013

Brasília, 11 de outubro de 2013.

A região, considerada ponto estratégico e classificada como área de segurança nacional, conta com sete pelotões especiais do Exército. São Gabriel da Cachoeira foi o primeiro município brasileiro a escolher prefeito e vice-prefeito indígenas. O fato aconteceu em 2008, quando se elegeram o prefeito Pedro Garcia, da etnia Tariana, e o vice André Baniwa, da etnia Baniwa.

Fonte:

Ministério do Esporte

Para instituto, atividade de mineradora do Xingu desconsidera população indígena
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 10.10.2013

Entidade afirma que também há risco de contaminação do solo pelos resíduos da extração de minério de ouro



A mineradora Belo Sun não fez estudo de impactos ambientais sobre as terras indígenas da região Creative Commons

Por Redação RBA

O processo de licenciamento da área do Xingu, no Pará, não está sendo feito de maneira adequada pela mineradora canadense Belo Sun, diz o Instituto Socioambiental (ISA). A empresa não fez estudo de impacto sobre as populações indígenas do entorno – há duas terras habitadas por índios a cerca de dez quilômetros da região que será explorada. Além disso, há o risco de contaminação do solo pelos resíduos da extração do minério de ouro.

A região do Xingu já comporta a hidrelétrica Belo Monte, responsável por diversos impactos negativos no local. O ISA fez uma análise técnica dos impactos cumulativos e riscos ambientais da ação da mineradora e de Belo Monte. O estudo foi encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente do Pará e ao Ministério Público.

Segundo o advogado Leonardo Amorim, do ISA, em entrevista à Rádio Brasil Atual, os projetos estão no corredor de sociobiodiversidade da região do Xingu, que reúne as áreas protegidas da bacia em que vivem milhares de indígenas e ribeirinhos. A Belo Sun, com o consentimento do governo do Pará, só realizará o estudo de impacto sobre as populações indígenas após três anos de atividade extrativa.

Amorim afirma que, nos próximos dez anos, o ambiente será completamente alterado pela

CONT.



ação da usina de Belo Monte. "Não é possível fazer um estudo de impacto ambiental bem fundamentado sem saber como vai estar o ambiente daqui a pouco tempo. O rio vai ser desviado e isso vai alterar todas as suas características físicas e biológicas, os lençóis freáticos e o regime hídrico da região."

Isso inviabiliza a produção de um estudo de impacto sobre a mineradora Belo Sun, localizada na mesma área do rio Xingu. "O estudo precisa dizer se o projeto vai ser viável ou não e o que deve ser feito para diminuir os impactos da mineração", reforça.

Contaminação

A atuação da mineradora envolverá a exploração de uma jazida de minério de ouro, o que ocasionará na abertura de uma mina a céu aberto. Para que isso seja feito, o ISA afirma que o material será retirado com explosões que deixarão uma série de resíduos químicos na terra do local. "À medida que a mina vai sendo aberta, a terra é tirada e depositada em uma montanha chamada pilha de estéril", diz o advogado.

A pilha de estéril é composta pela terra que já foi processada – em que não há mais ouro – e que será jogada fora. Essa montanha ficará no local da mina para sempre. Segundo Amorim, o risco da formação da pilha para a região é que "seus materiais químicos correm o risco de vazar para o lençol freático ou, a depender do regime de chuva, para o próprio rio Xingu".

A área do Xingu fica na Amazônia, e é bastante chuvosa durante todo o ano. Dessa forma, as tradicionais técnicas de impermeabilização da pilha podem não ser eficazes. O ISA ressalta que o material que será revirado apresenta um volume de terra equivalente a duas vezes o volume do morro do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro.

Outro passivo ambiental que poderá ser causado pelo projeto é o rompimento da barragem de rejeitos. Essa estrutura retém os resíduos sólidos e a água do processo de beneficiamento de minério. Para Amorim, o dimensionamento não está sendo feito corretamente no licenciamento ambiental. O tamanho da barragem deve corresponder à quantidade específica de ouro encontrado na região.

"O estudo de impacto da Belo Sun calculou uma quantidade de minério e, desde que ele foi apresentado no início do ano passado, até hoje, eles já dobraram a quantidade de minério de ouro que eles encontrariam na região. O problema é que eles deveriam dobrar o tamanho da barragem de rejeitos e isso não foi feito", ressalta o advogado.

Ouçá aqui (<https://soundcloud.com/redebrasilatual/entidades-se-mobilizam-contr>) a reportagem completa de Marilu Cabañas.